

UNIDAS PARA A LUTA: A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES INDÍGENAS DE RORAIMA - OMIR

Carla Onofre Ramalho¹

Resumo: O presente trabalho tem como proposta apresentar o envolvimento das mulheres indígenas no Movimento Indígena de Roraima, com ênfase na participação política destas, levando a formação de uma instituição representativa nos moldes dos não-indígenas: A Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (OMIR).

Palavras-chave: Mulheres. Política. Povos Indígenas.

Introdução

Roraima é um estado jovem. Criado na Constituição de 1988 possui um total de 450.479 habitantes². Dotado de uma área de 224.300,506 Km², apresenta algumas características marcantes em relação a seu território, como uma das menores densidades demográficas do Brasil e uma longa faixa de fronteira internacional. Contudo, um dos elementos mais significativos é a grande população indígena presente no estado totalizando 55.922 pessoas³, sendo que destas 8.550 indígenas moram em Boa Vista, a capital do estado.

A relação entre índios e não-índios em Roraima e o Movimento Indígena

Os primeiros contatos entre indígenas e europeus na região que hoje constitui o estado de Roraima se deram em meados do século XVII. No século XIX a região é ocupada através da introdução da pecuária. Essa atividade econômica floresceu na região e provocou um contínuo avanço dos não-índios sobre as terras indígenas. Dessa forma, os principais conflitos violentos envolvendo os povos indígenas estiveram (e ainda estão) relacionados à ocupação da terra (VIEIRA, 2007).

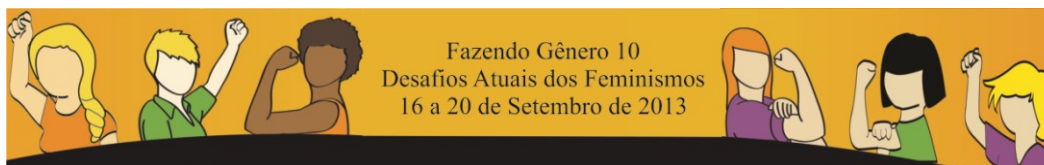
Os fazendeiros e pecuaristas, além de ocuparem as terras tradicionalmente habitadas pelos índios, também se utilizavam da mão-de-obra destes em troca de um pagamento ínfimo ou mesmo sem nenhuma remuneração. Em muitos casos os fazendeiros se utilizaram de força extrema para expulsar comunidades indígenas inteiras de suas terras ou simplesmente eliminá-las.

Os indígenas reagiram de diferentes formas ao contexto exposto acima. Muitos fugiram para outras regiões, outros, no entanto, optaram por resistir através de ações como a derrubada das cercas

¹ Graduada em História pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail: carlla_ramalho@hotmail.com.

² Dados do IBGE (2010).

³ Dados do IBGE (2010).



colocadas pelos fazendeiros para prender o gado e até mesmo por meio da matança de animais dos fazendeiros quando estes invadiam as plantações das comunidades indígenas. Contudo, essas ações eram isoladas, pois não havia ainda uma mobilização entre os indígenas no intuito de combater a invasão de suas terras e a violação de seus direitos.

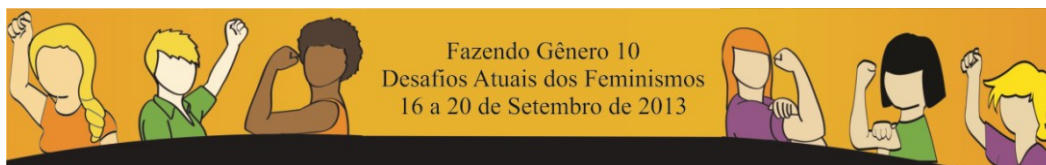
Uma organização indígena, nos moldes dos não-índios começou a surgir quando os líderes indígenas de Roraima, conhecidos como tuxauas, passaram a reunir-se na Missão Surumu, fundada pela Igreja Católica no início do século XX, com o interesse principal de tratar de assuntos religiosos. As primeiras reuniões dos índios datam de 1968, momento em que a Igreja estava mais voltada para a catequese dos indígenas e, por isso, as reuniões eram voltadas para a realização de cursos de caráter religioso. No entanto, ao fim dessas reuniões, era destinado um momento para que os índios pudessem discutir os problemas que enfrentavam nas comunidades. Nessas conversas, que inicialmente eram informais, destacava-se como um dos principais problemas relatados a invasão de suas terras por não-índios.

Esse pode ser considerado o embrião de uma organização maior dos povos indígenas, auxiliados pela Igreja, para defender seus interesses, em especial a demarcação de suas terras (COSTA FILHO; SANTOS, 2008).

Nesse processo foi essencial a participação da Igreja Católica de Roraima, comandada desde 1948 pelo Instituto Missionário da Consolata. Esse envolvimento mais comprometido dos missionários com as populações indígenas em Roraima deveu-se, em parte, à chegada de novos missionários à região, que passaram a realizar encontros com os tuxauas das diversas comunidades. Esse comprometimento da Igreja Católica com a questão indígena representou uma mudança de postura da Diocese de Roraima, que até então se ocupava principalmente com a catequese e, muitas vezes, colaborava com a exploração dos índios.

Essa nova atitude da Igreja consistiu em promover as Assembléias dos Tuxauas, contribuindo para organizá-los politicamente, mas também em denunciar e combater a invasão das terras com o objetivo de conseguirem a demarcação definitiva. Essa preocupação da Igreja Católica com a causa indígena não se deu somente em Roraima, mas em todo o Brasil, levando a criação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), no ano de 1972.

Auxiliados pelos missionários, os indígenas passaram a desenvolver várias ações, como exigir das autoridades federais a demarcação de suas terras, fazer críticas ao órgão governamental responsável, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e reivindicações por escrito, por meio de cartas e abaixo assinados redigidos nas assembléias e reuniões.



A organização dos índios, como era de se esperar, levou a uma reação por parte dos fazendeiros, garimpeiros e pecuaristas que ocupavam as terras indígenas. Essa reação se caracterizou pela violência, pois embora esta sempre houvesse estado presente nas relações entre índios e não-índios, intensificou-se a partir do início da organização política dos primeiros.

Entre as ações desenvolvidas pela Igreja junto aos índios que provocaram forte reação por parte dos fazendeiros da região, destacam-se a implantação de dois projetos: o “Projeto da Cantina” e o “Projeto do Gado”. Esses tinham como objetivo dar sustentação as comunidades e ao próprio movimento de organização indígena.

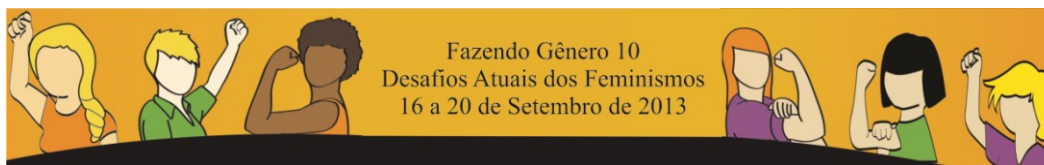
O primeiro desses projetos visava combater a influência dos fazendeiros nas malocas indígenas, uma vez que estes promoviam o abastecimento de produtos industrializados, enredando os indígenas em laços de dependência e endividamento que culminavam com a usurpação das terras indígenas e com a exploração da mão-de-obra destes. Visando eliminar essa situação, foram implantadas cantinas em varias comunidades onde eram vendidos produtos a preços mais baratos do que aqueles fornecidos pelos fazendeiros.

O Projeto do Gado também objetivava minar a influência dos fazendeiros nas terras habitadas pelos indígenas, pois era através da implantação do seu gado que os fazendeiros iniciavam a ocupação dessas terras. Implantado a partir de 1977, consistia em um acordo em que uma comunidade indígena recebia da Diocese de Roraima uma quantidade de 52 cabeças de gado e se comprometia a repassar, ao final de um período de cinco anos, a mesma quantidade de animais para outra comunidade, podendo ficar com os excedentes. O projeto obteve resultados positivos, principalmente porque muitos indígenas já haviam trabalhado com o manejo do gado nas fazendas da região, como uma mão-de-obra barata.

A reação dos não-índios, principalmente fazendeiros, foi violenta e se manifestou sob diversas formas, como a destruição de malocas, retiros para o gado e outras propriedades, espancamento e ameaças contra índios e missionários. Ocorreram também casos mais graves como assassinatos, em especial de lideranças indígenas⁴.

Essa reação dos não-índios também se manifestou na forma de uma intensa disputa ideológica, vinculada nos meios de comunicação de Roraima. Os jornais do então território (e posteriormente do estado), em sua imensa maioria, promoviam intensa “campanha” contra a demarcação das terras indígenas, utilizando-se de diversos argumentos, em especial a

⁴ Para saber mais sobre a violência contra os indígenas ver SILVA, Paulo Sérgio R. *A violência contra os povos indígenas no foco do Jornal Folha de Boa Vista-RR - período de 1996 a 2005*. 2007, 109 f., Monografia - Universidade Federal de Roraima, Departamento de História, Boa Vista.



internacionalização da Amazônia e a inviabilização da economia da região. Essa disputa ideológica ainda se faz presente em Roraima nos dias atuais.

Entretanto, os indígenas também regiram ao acirramento desses atos violentos promovendo ações que, muitas vezes, também se mostraram de uma grande violência, como a destruição de propriedades dos fazendeiros.

Sentindo a necessidade de uma entidade que estivesse presente para defender os interesses dos indígenas em Boa Vista, capital de Roraima, foi criado em 1978 o Conselho Indígena do Território Federal de Roraima (CINTER) (COSTA FILHO; SANTOS, 2008). Com a criação do estado de Roraima pela Constituição de 1988, a entidade passou a denominar-se Conselho Indígena de Roraima (CIR). Até hoje o CIR é uma das mais atuantes entidades de defesa dos direitos dos indígenas em Roraima.

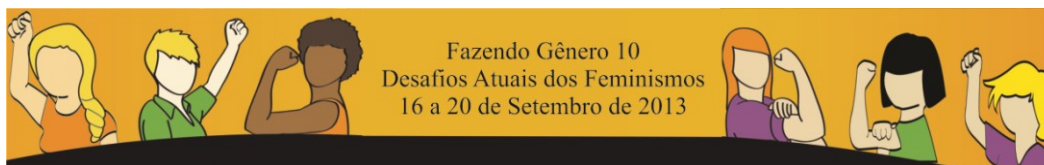
A criação do CIR abriu caminho para o surgimento de diversas outras organizações de indígenas, como a Associação dos povos indígena de Roraima – APIR (1988), Associação dos Professores Indígenas de Roraima – OPIR (1990), Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima – SODIUR (1993), Organização das Mulheres Indígenas de Roraima – OMIR (1999) que será abordada mais adiante, e recentemente, a Organização dos Indígenas na Cidade – ODIC (2005).

Esse processo de organização dos povos indígenas de Roraima nasceu na região nordeste do estado, principalmente na área conhecida como Raposa Serra do Sol, terra indígena homologada em 2005 e, cuja homologação definitiva foi decidida no ano de 2009 pelo Supremo Tribunal Federal, a corte máxima do país. Vivem na área as seguintes etnias indígenas: Macuxi, Wapixana, Ingaricó, Patamona e Taurepang. Foi essencialmente entre os povos da Raposa Serra do Sol que nasceu às bases da mobilização dos índios de Roraima que, posteriormente, englobou etnia de outras regiões do estado, como a Yanomami.

É importante destacar que o Movimento Indígena de Roraima não se constitui um fenômeno isolado, mas fez parte de todo um processo de mobilização dos índios que ocorreu em todo o Brasil, a partir da década de 70 do século XX, e que é comumente denominado Movimento Indígena Nacional (CAVALCANTE, 1996).

O Movimento das mulheres indígenas e a criação da OMIR

A participação das mulheres indígenas roraimenses nos primeiros tempos da organização dos índios era bastante limitada. Nas assembléias o número de mulheres era reduzido e elas não



possuíam direito a voz e voto. O papel exercido pelas mulheres nessas reuniões se limitava ao exercício de atividades como a limpeza, a confecção dos alimentos e aos serviços de copa (EL-HUSNY, 2003).

Mesmo após a criação do CIR (Conselho Indígena de Roraima), as figuras femininas estiveram ausentes da liderança política, pois não ocuparam cargos significativos no órgão.

Contudo, as raízes do processo de mobilização das mulheres indígenas de Roraima já podem ser encontradas no ano de 1986. Nessa ocasião, durante uma reunião da Missão Surumu, foi lançada a proposta da criação de um “Projeto de Corte e Costura”, em uma associação entre a Diocese de Roraima e os conselhos regionais indígenas⁵.

Assim como o “Projeto da Cantina”, o objetivo dessa iniciativa era combater a influência dos produtos manufaturados ou industrializados que entravam nas aldeias através de fazendeiros, criando uma relação de dependência.

O projeto foi implantado nas comunidades com a compra de máquinas de costura e a capacitação das mulheres indígenas na produção de peças de vestuário que seriam vendidas a preços menores nas malocas. A capacitação ocorria no Centro de corte-costura do Surumu, com reuniões duas vezes por ano para grupos de dez a quinze mulheres.

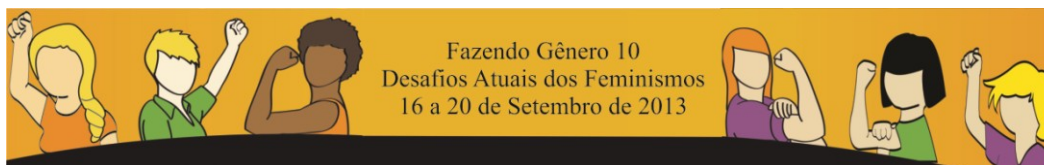
Nas reuniões realizadas para desenvolver as atividades do projeto as mulheres passaram a conversar sobre suas experiências de vida e, em especial, os problemas que enfrentavam. Esse diálogo possibilitou uma tomada de consciência por parte dessas mulheres, levando a uma discussão sobre os papéis que desempenhavam na família e nas comunidades onde habitavam.

Nesses primeiros momentos do movimento de mulheres indígenas pode-se perceber a importância exercida pela Igreja Católica. A esse respeito, afirma a antropóloga Angela Sacchi:

E a influência da igreja se faz registrar em vários momentos, além das reuniões em torno dos projetos de corte e costura, foi no I Congresso dos Catequistas que as mulheres começam a (re)pensar seus papéis nas comunidades e iniciam um processo que culminará na formação de sua organização. É a Virgem Maria de Guadalupe a padroeira do movimento das mulheres (MONAGAS, 2006, p.35).

O congresso a que se refere à autora ocorreu entre os dias 9 a 12 de dezembro de 1995, na maloca Bismark, na região da Raposa, e reuniu indígenas (homens e mulheres) que atuavam como catequistas. Nessa ocasião as mulheres puderam discutir um pouco sobre suas experiências e espaços de atuação, mesmo tendo encontrado alguma resistência por parte de tuxauas e companheiros de comunidade. Entre os temas discutidos no congresso estavam o papel da mulher

⁵ As terras indígenas em Roraima são divididas por áreas e estas são subdivididas em regiões onde se localizam as comunidades (malocas ou aldeias).



indígena na comunidade, no passado e na atualidade, além das formas que estas poderiam ajudar seus companheiros na defesa da comunidade e de sua cultura. A mulher foi apontada como uma guardiã da cultura, pois ela seria a responsável por transmiti-la aos filhos. Assim, o afastamento da mulher dos costumes e da comunidade implicaria em uma grande perda para a maloca, permitindo a penetração da cultura não-indígena.

Entre as formas de atuação das mulheres nas comunidades se destacam a ação destas como catequistas, agentes de saúde, professoras e líderes envolvidas com a organização e a luta dos indígenas.

A respeito da importância desse evento para o movimento de mobilização das mulheres indígenas, afirma a historiadora Maria de Lourdes Gomes:

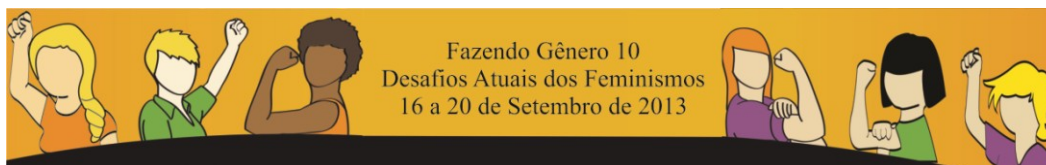
Os participantes do Congresso explanaram que com as discussões: cresceram em conhecimento e partilha com outros povos indígenas, e com a história de seus antepassados aprenderam cantos e danças, e passariam a apoiar as mulheres nas causas indígenas e nas lutas, como também, passariam a acreditar no fortalecimento do Movimento das Mulheres cuja participação no Congresso foi significativa (EL-HUSNY, 2003, p.57).

Segundo essa pesquisadora, esse congresso foi decisivo para o movimento, pois foi a partir dele que as mulheres começaram a pensar mais fortemente em se organizar, lutar para serem ouvidas e buscar a formação de alianças com outras entidades indígenas.

No entanto, no caminho para o fortalecimento de sua luta, as mulheres indígenas ainda teriam que enfrentar alguns desafios. Um dos principais era a resistência de alguns homens, muitos deles lideranças que atuavam em defesa dos direitos indígenas em Roraima. Por ocasião da XXV Assembléia Geral dos Tuxauas, que foi realizada entre 08 e 11 de janeiro de 1996, na maloca Bismark, ocorreu um episódio que pode ser considerado um emblema dessa resistência. Durante o referido evento, um grupo de mulheres foi impedido de usar a palavra pelos tuxauas presentes (todos homens). Muitos dos líderes ali reunidos se levantaram e abandonaram o local.

Apesar desse fato, as mulheres tiveram seu espaço para se pronunciarem em outra reunião, o I Encontro dos Coordenadores dos Catequistas e dos Conselhos da AIRASOL (Área Indígena Raposa Serra do Sol), ainda no ano de 1996. As propostas de “somar forças” apresentadas pelas mulheres foram aprovadas.

A primeira reunião própria do movimento das mulheres indígenas ocorreu no ano de 1996. O referido evento foi o 1º Encontro Estadual das Mulheres Indígenas, que aconteceu nos dias 18 e 19 de março do mesmo ano, na maloca Maturuca. No ano seguinte foi realizado o 2º Encontro Estadual das Mulheres Indígenas. Nessas reuniões foram tratados assuntos como o combate a



bebida alcoólica, a auto-sustentação das comunidades e o resgate da cultura indígena (EL-HUSNY, Ibid.).

Nos anos seguintes observou-se um progressivo fortalecimento do movimento de mulheres indígenas e uma participação cada vez maior destas nas reuniões e eventos promovidos pelos índios para a discussão de suas lutas. Também passaram a organizar eventos próprios, como encontros de mulheres das regiões indígenas. Foram eleitas coordenadoras e vice-coordenadoras para cada uma das regiões.

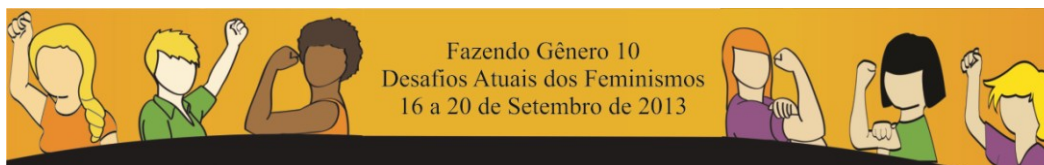
Um fato marcante e simbólico da mudança ocorrida na posição ocupada pelas mulheres indígenas foi a eleição, em 11/10/1997, de Diva Eurico da Silva para o cargo de vice-tuxaua na maloca Raposa II, região das Serras. Posteriormente, em 05/01/2000, a mesma assumiu a liderança como 1ª tuxaua. Ela foi a primeira mulher a ocupar esse espaço, que tradicionalmente era exclusivo dos homens.

O Movimento seguiu se consolidando e recebeu apoio de organizações não-indígena, como o Núcleo de Mulheres de Roraima (NUMUR) e também do CIR.

Pode-se observar, também, um aumento no espaço ocupado pelo Movimento de mulheres no conjunto da organização indígena no estado de Roraima. Na XXVII Assembléia Geral dos tuxauas, na maloca do Bismark, no período de 05 a 08 de fevereiro de 1998, as mulheres fizeram parte da composição da mesa de abertura do evento. Nessa mesma ocasião foi apresentada e aprovada uma proposta para a criação de um cargo de Secretária Geral do Movimento de Mulheres Indígenas, dentro da coordenação do CIR. A primeira eleita para o cargo foi Lindalva Nascimento, uma das mais atuantes líderes do movimento, que foi empossada no dia 08/02/1999, dia de encerramento da Assembléia Geral do CIR.

Contudo, as mulheres sentiram a necessidade da criação de uma entidade representativa própria, mesmo que esta estivesse vinculada ao CIR. A Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (OMIR) foi criada oficialmente na 1ª Assembléia Geral Estadual das Mulheres Indígenas de Roraima, que ocorreu no período de 28 a 30 de novembro de 1999, na maloca Três Corações, região do Amajari. Estavam presentes participantes de oito regiões indígenas do estado de Roraima, além de representantes de outras organizações como o CIR, OPIR, NUMUR e a FUNAI. A primeira coordenação da nova entidade foi eleita ainda durante o evento, sendo a primeira coordenadora a indígena da etnia Macuxi, Eliza Silvino da Silva (EL-HUSNY, Ibid.).

A OMIR ampliaria suas atividades nos anos seguintes com a realização de mais duas Assembléias Estaduais das Mulheres Indígenas de Roraima, uma no ano de 2001 e a outra em 2002.



A organização participaria ainda de eventos em nível regional e nacional. Algumas das principais bandeiras de combate que remontavam ao período anterior a criação da OMIR permaneceram, entre elas o combate ao alcoolismo nas aldeias, a saúde da mulher, a violência doméstica⁶, a educação indígena, e a demarcação das terras indígenas, dentre outras.

É importante ressaltar que a OMIR, apesar de ter se iniciado entre as etnias que habitam a área Raposa Serra do Sol, ao longo de sua trajetória foi recebendo a adesão de mulheres de outras etnias, como a Yanomamy e a Wai-Wai, que habitam em outras regiões de Roraima.

Na atualidade, a Organização das Mulheres Indígenas de Roraima é sediada em Boa Vista, e representa as mulheres indígenas do estado de Roraima das etnias: Macuxi, Wapixana, Taurepang, Yekuana, Saporá, Patamona, Ingaricó, Yanomamy e Wai-Wai.

A OMIR é, sem dúvida, uma das organizações indígenas mais atuantes do estado de Roraima e esteve presente em várias ações, como a luta pela polêmica homologação da Raposa Serra do Sol, berço não só do Movimento das Mulheres Indígenas de Roraima, mas também do processo de organização dos povos indígenas como um todo.

Isso mostra a nova atitude das mulheres indígenas, de romper com a condição de invisibilidade a que estiveram relegadas durante séculos.

Considerações finais

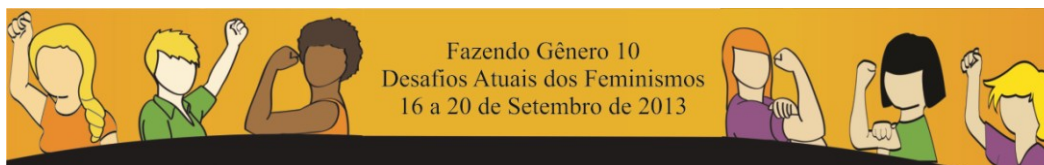
A trajetória dos povos indígenas do Brasil ainda é muito desconhecida. E quando se trata das mulheres esse desconhecimento é ainda maior. Apesar de terem conquistado novos espaços e terem alcançado importantes conquistas nas últimas décadas, ainda há muito a ser batalhado, pois os problemas enfrentados pelos povos indígenas no Brasil ainda são muitos.

No caso de Roraima, a homologação definitiva da Raposa Serra do Sol, em 2009, não põe fim a luta dos indígenas, pois agora começa a difícil tarefa de gerir a terra recém demarcada, de forma a garantir a manutenção física e cultural dos povos que a habitam.

Para concluir, esperamos que o presente trabalho contribua para o reconhecimento do papel da mulher indígena enquanto pessoa ativa, agente política e transformadora da realidade em que vive.

Bibliografia

⁶ A OMIR elaborou uma cartilha sobre a violência contra a mulher indígena em 2005. A mesma encontra-se disponível eletronicamente no endereço: <http://www.sof.org.br/arquivos/pdf/omir.pdf>



CAVALCANTE, Olendina de Carvalho. Movimento Indígena: notas para uma discussão. In: *Revista Textos e Debates*. Ano 2, nº2. Boa Vista: UFRR, 1996. p.20-26.

COSTA FILHO, Benone; SANTOS, Raimundo Nonato Gomes dos. O despertar para o Movimento Indígena em Roraima nas décadas de 70 e 80: a luta pela autonomia política indígena e de seus ambientes ancestrais. In: VIEIRA, Jaci Guilherme (Org.). *O Rio Branco se enche de História*. Boa Vista: EDUFRR, 2008. p.197-220.

EL-HUSNY, Maria de Lourdes Gomes. *Mulheres líderes Macuxi: uma identidade política (1986-2002)*. 2003. 258f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GOMES, Maria de Lourdes Sousa. A mulher Macuxi na linha de frente pela conquista de espaços. In: FERNANDES, Maria Luiza (Org.); GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado (Org.). *História e Diversidade: política, educação, gênero e etnia em Roraima*. Boa Vista: UFRR, 2010.

MONAGAS, Angela Célia Sacchi. *União, luta, liberdade e resistência: as organizações de mulheres indígenas da Amazônia brasileira*. 2006. 245f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

VIEIRA, Jaci Guilherme. *Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra – 1777 a 1980*. Boa Vista: EDUFRR, 2007.

United to fight: the Organization of Indigenous Women of Roraima - OMIR

Abstract: Endowed with a large indigenous population, Roraima was the scene of constant conflicts involving the occupation and demarcation of indigenous lands. This constant dispute led to a mobilization of the indigenous peoples from the 70s of the XX century. Aided by the Catholic Church, they began to claim their rights, in particular the right to demarcate the lands that traditionally inhabited. This process led to the emergence of numerous indigenous organizations, among them “Indigenous Council of Roraima” (CIR). The mobilization also reached the indigenous women, until then excluded from public life, awakening them to the political struggle and culminating with the creation of the “Organization of Indigenous Women of Roraima” (OMIR) in 1999. In this process these indigenous women have had to face many challenges, even the resistance of their own indigenous companions, that don’t approve the participation of women in political affairs. The sources used in the research included news in local newspapers, photos, documents issued by indigenous organizations, references and interviews with indigenous leaders.

Keywords: Women; Politics; Indigenous Peoples.